

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G - 2015.**  
2 Aos dois dias do mês de julho de 2015, às 14h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas  
3 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu, deu início à 1ª Reunião  
4 Conjunta das Câmaras Técnicas de Instrumentos Legais e de Gestão – CTIL-G – e  
5 Estudos Gerais (CTEG) 2015 na Sala de Reuniões do CBH Guandu – Prédio Prefeitura  
6 Universitária UFRuralRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1- Aprovação da minuta  
7 de resolução que indica a AGEVAP como agência de bacia do Comitê Guandu no próximo  
8 contrato de gestão; 2- Aprovação da minuta de resolução que altera a Resolução 11 do  
9 Comitê Guandu; 3- Atualização de informações referentes à escassez hídrica; 4-  
10 Atualização de informações sobre os projetos em processo licitatório; 5- Assuntos Gerais. 1  
11 – Nathália Vilela (AGEVAP) iniciou a apresentação sobre a minuta de Resolução que  
12 dispõe sobre a indicação da AGEVAP como entidade delegatária do Comitê Guandu.  
13 Relatou o histórico de discussão da minuta, com a Diretoria do Comitê, com a AGEVAP.  
14 Iniciou a leitura da minuta. André Marques (AGEVAP) falou sobre o prazo do contrato de  
15 gestão, que termina em dezembro, e também sobre a programação para organizar os  
16 documentos até a penúltima reunião do CERHI-RJ, para conseguir aprovar sem problemas.  
17 O mesmo falou que o prazo de cinco anos foi combinado em reunião com a Diretoria  
18 Colegiada do Comitê Guandu. André Marques (AGEVAP) iniciou sua apresentação sobre  
19 as premissas do Contrato de Gestão: Gestor por contrato de gestão, o conceito de rateio e  
20 as atividades fim (corpo técnico) e atividades meio (administrativas, financeiras e  
21 institucionais). Apresentou o fortalecimento da Gestão Descentralizada na UD-6 –  
22 contratação de mais um funcionário e as diretrizes, padronização e análise de produtos na  
23 sede da AGEVAP –, o Plano de Cargos e Salários e a Correção dos valores nas despesas  
24 de custeio. André Marques (AGEVAP) continuou, explicando custos operacionais e o  
25 aumento. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou sobre a Comunicação Social  
26 do Guandu. André explicou que é um projeto de Assessoria de Imprensa do Comitê. Tito de  
27 Araújo (INEA) pediu informações a respeito do rendimento do repasse da ANA. André  
28 (AGEVAP) explicou que a ANA tem um saldo maior na conta destinada à AGEVAP. Falou  
29 que foram perdidos muitos projetos feitos diretamente com os municípios, e da idéia de  
30 contratar uma empresa gerenciadora de projetos. Encerrou a apresentação sobre a  
31 estimativa de custos explicando que a minuta de resolução para indicação não aprova os  
32 valores, apenas indica a possibilidade da AGEVAP continuar como entidade delegatária do  
33 Comitê Guandu. Decio Tubbs (UFRRJ) falou sobre a ida para o novo escritório da  
34 secretaria executiva do Comitê Guandu. André Marques (AGEVAP) explicou que haverá  
35 uma melhora de estrutura para funcionamento da UD-6. Franziska Huber (FAETERJ-  
36 Paracambi) questionou os prazos da delegação e do contrato. André Marques (AGEVAP)  
37 respondeu que a delegação é sempre mais longa do que o contrato. Tito de Araújo (INEA)  
38 sintetizou que o prazo do contrato deve estar dentro do prazo da delegação. Nathália Vilela  
39 (AGEVAP) sugeriu que o prazo seja definido em cinco anos a partir do encerramento da  
40 vigência da delegação. Nathália Vilela (AGEVAP) apresentou o cronograma de atividades  
41 executadas pela AGEVAP para 2015. Decio (UFRRJ) demonstrou projetos em andamento,  
42 como a revisão do Plano de Bacia. Em relação ao Saneamento Rural, André Marques  
43 relatou a vinda de dois estudantes que trabalharão em mapeamento na região através de  
44 um programa de intercâmbio firmado pela AGEVAP com instituições de ensino superior da  
45 Alemanha. A minuta de resolução de indicação foi aprovada. 2 – Franziska falou sobre a  
46 resolução 11, dando um histórico do problema e das atividades desenvolvidas. Tito de  
47 Araújo (INEA) concordou com a sugestão de Decio Tubbs (UFRRJ), dizendo que o  
48 acompanhamento deve ser feito nos processos iniciais. Decio (UFRRJ) explicou que uma

49 discussão técnica é aberta no órgão licenciador (INEA), e há quinze dias para o envio de  
50 sugestões. Franziska (FAETERJ-Paracambi) relatou que a idéia é filtrar a chegada de  
51 processos ao Comitê, utilizando as condições de outorga de direito de uso da água, ou que  
52 causem alteração no regime hidrológico e/ou hidráulico. Tito de Araújo (INEA) falou que a  
53 resolução foi elaborada dando a entender que todos os processos de licenciamento  
54 deveriam passar pelo Comitê. E uma alteração sugerida foi condicionar para casos de  
55 outorga e alteração no regime hidráulico. Franziska (FAETERJ-Paracambi) passou ao item  
56 seguinte, e afirmou que era o lugar de inserir a orientação para trazer o empreendimento  
57 em fase inicial ao Comitê. André Marques (AGEVAP) sugeriu inserir a palavra “poderá” no  
58 texto. Decio Tubbs (UFRRJ) relatou que outorga também envolve processos genéricos e  
59 muito numerosos, como de poços. Tito de Araújo (INEA) falou que o ideal seria analisar os  
60 processos que seriam interessantes, que teriam maior impacto. Jose Arnaldo (P.M. Japeri)  
61 relatou o caso de Japeri, onde os interessados são orientados em questões de  
62 licenciamento e outorga para facilitar o andamento dos projetos. Franziska Huber  
63 (FAETERJ-Paracambi) explicou que a idéia é dar conhecimento ao Comitê Guandu sobre  
64 os empreendimentos que acontecem na bacia. Andreia Loureiro (P.M. Queimados)  
65 lembrou sua sugestão inicial de enquadrar apenas os empreendimentos de grande porte.  
66 Mas existem alguns que são relevantes para o Comitê, embora não estejam nessa  
67 categoria. Decio Tubbs (UFRRJ) falou que em 21/7 haverá reunião do CERHI-RJ com o  
68 CONEMA, onde o Comitê poderia levar sugestões como a questão do licenciamento. Falou  
69 que poderia levar à reunião que o Comitê tem interesse em participar das discussões  
70 acerca do licenciamento. Tito explicou que o subsídio do Comitê é importante nas questões  
71 de outorga. Jose Arnaldo falou sobre a importância de conhecer os impactos ambientais na  
72 bacia, mesmo que não passem por outorga. Sugeriu que, para licenciamento, utilizar tabela  
73 de graduação do porte já presente no INEA. Tito de Araújo (INEA) explicou que é  
74 necessário ter embasamento na lei. E que o Comitê só pode se pronunciar sobre qualidade  
75 e quantidade de recursos hídricos. Decio Tubbs (UFRRJ) ressaltou que o órgão estadual  
76 ambiental deve cobrar essas informações em condicionantes. Franziska Huber (FAETERJ-  
77 Paracambi) sugeriu manter a resolução no Comitê e tentar melhorar; ou pensar uma nova  
78 solução para a participação nos processos de licenciamento, como o Grupo de Trabalho no  
79 INEA. Decio Tubbs (UFRRJ) falou pode perguntar isso na reunião com o CONEMA.  
80 Ressaltou que é importante que os agentes apresentem os empreendimentos no início e  
81 após o licenciamento, falando sobre os programas ambientais. O mesmo falou que há um  
82 registro dos programas ambientais dos empreendimentos que passaram pelo Comitê. Jose  
83 Arnaldo (P.M. Japeri) sugeriu que os empreendimentos que tenham instrução técnica,  
84 EIA/RIMA ou processos simplificados venham para o Comitê no início. E que o INEA faça  
85 uma apresentação. Sugeriu definir um padrão de consumo de recursos hídricos e que o  
86 INEA repasse informações semestralmente sobre os empreendimentos. Andreia Loureiro  
87 (P.M. Queimados) falou que é necessário dar uma resposta aos municípios. Decio  
88 (UFRRJ) sugeriu que seja feita a alteração inicial pensada pelo GT, para viabilizar o  
89 trabalho dos municípios. Andreia falou do caso do município ter um processo de  
90 licenciamento que precise da outorga gerada pelo INEA. Necessariamente vai ter que  
91 passar pelo Comitê. Franziska ressaltou a importância de definir que o Comitê deverá  
92 receber informações e poderá decidir sobre analisar ou não o empreendimento. 1:55:48  
93 Decio Tubbs (UFRRJ) falou da importância de delimitar a análise para processos de  
94 outorga de direito de uso da água superficial. José Arnaldo sugeriu definir a competência  
95 do Comitê em relação à tabela de porte do INEA, de acordo com o nível do impacto. Decio  
96 Tubbs (UFRRJ) sugeriu que seja feita uma alteração básica para o momento e no futuro o

97 tema seja discutido de maneira mais substancial. O mesmo explicou que os outros comitês  
98 estão aguardando a resolução do Guandu para definirem sua atuação no tema. Decio  
99 (UFRRJ) sugeriu inserir a condição de empreendimentos que necessitem de EIA/RIMA.  
100 Tito de Araújo (INEA) destacou que a fala do Comitê é importante nesses casos. Após  
101 todas as contribuições, a minuta foi aprovada. 3 – Caroline Lopes (AGEVAP) iniciou a  
102 apresentação com informações mais recentes sobre a escassez hídrica, principalmente  
103 sobre o fluxo do corpo hídrico a respeito do rio Piraí e da contribuição para o reservatório  
104 de Tócos. Decio atualizou informações sobre oajuizamento da ação em relação à  
105 operação da barragem de Tócos. André Marques (AGEVAP) informou que uma equipe fará  
106 vistoria no local. Caroline Lopes (AGEVAP) continuou a apresentação. Falou sobre a  
107 resolução da ANA aprovada em 30 de junho, que autoriza a manutenção da vazão mínima  
108 em 110m<sup>3</sup>/s. Passou ao resumo sobre a última reunião do GTAOH. O armazenamento  
109 equivalente está hoje em 16,7%, tendo pouca variação desde o mês de abril. Em relação  
110 ao mesmo período do ano passado, a vazão ainda está um pouco maior – cerca de 8% –  
111 do que a do ano anterior. André (AGEVAP) explicou a meta de vazão. Relatou que a CSA  
112 está tomando providências para resolver seu problema de captação. E afirmou que é um  
113 momento crítico, por conta do período de estiagem. Então os 35m<sup>3</sup>/s da calha do Guandu,  
114 que são administrados, vão reduzir. O mesmo falou que a operação da vazão é que  
115 garantiu nível nos reservatórios. Relatou que pode ser utilizado volume morto dos  
116 reservatórios. Explicou a autorização da vazão para 110m<sup>3</sup>/s. O mesmo informou que  
117 haverá reunião para tratar o problema das macrófitas, e já estão sendo elaborados  
118 estudos. Nathalia Vilela (AGEVAP) iniciou a apresentação sobre os projetos licitatórios  
119 correntes no Comitê Guandu. Informou que o termo de referência do Plano de Bacia foi  
120 aprovado. A mesma continuou, chegando ao SIGA. O projeto vai funcionar como um aditivo  
121 do SIGA CEIVAP, que já está em funcionamento. André Marques (AGEVAP) informou que  
122 os dados já estão hospedados na nuvem, facilitando o acesso. Minas D'Água e Tócos II  
123 tiveram os Atos Convocatórios publicados novamente. Passou ao projeto Concurso “O  
124 Fantástico Mundo da Água”, que está em fase de acerto dos documentos para lançar  
125 regulamento e materiais de divulgação. 5 – Jose Arnaldo divulgou o Circuito de  
126 Caminhadas na Natureza, realizado pela Prefeitura de Japeri. E falou sobre a participação  
127 no evento de educação ambiental realizado pelo Comitê Guandu através da empresa  
128 Ciclos Ambiental no município. Como lista de encaminhamentos, segue: 1 – Encaminhar a  
129 minuta de resolução que indica a AGEVAP como agência de bacia do Comitê Guandu no  
130 próximo contrato de gestão à Plenária; 2 - Encaminhar a minuta de resolução que altera a  
131 Resolução nº 11 à Plenária. A subcoordenadora da CTEG, Franziska Huber (FAETERJ-  
132 Paracambi), agradeceu a presença de todos, questionou se alguém teria algo a  
133 acrescentar e não havendo, encerrou a reunião às 16h50min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a  
134 termo esta ata, que segue assinada por:

135  
136 Paulo de Tarso (FIRJAN) \_\_\_\_\_  
137 Rinaldo Rocha (LIGHT) \_\_\_\_\_  
138 Fernando Ribeiro (CI Brasil) \_\_\_\_\_  
139 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) \_\_\_\_\_  
140 Daniel Brotto (UVA) \_\_\_\_\_  
141 Iran Bittencourt (ITPA) \_\_\_\_\_

142 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) \_\_\_\_\_

143 José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri) \_\_\_\_\_

144 Lucimar Marinho (TKCSA) \_\_\_\_\_

145 Tito de Araújo (INEA) \_\_\_\_\_

146 Francisco Faria (LIGHT) \_\_\_\_\_

147

148

149 Membros Presentes CTIL-G:

150 Usuários: Paulo de Tarso (FIRJAN), Rinaldo Rocha (LIGHT);

151 Sociedade Civil: Fernando Ribeiro (CI Brasil), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi),

152 Daniel Broto representando Vera Agarez (UVA), Iran Bittencourt (ITPA);

153 Governo: Andreia Loureiro (P.M. Queimados), José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri)

154

155 Membros Ausentes CTIL-G:

156 Usuários: Jaime Azulay (CEDAE), Amisterdan Ribeiro (SIMARJ);

157 Governo: Thayani Velasco (P.M. Seropédica), Magno Roza (EMATER-RJ).

158

159 Membros Presentes CTEG:

160 Usuários: Francisco Faria representando José Gomes (LIGHT), Lucimar Marinho (TKCSA);

161 Sociedade Civil: Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi), Daniel Broto (UVA);

162 Governo: Tito de Araújo (INEA), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), José Arnaldo de  
163 Oliveira (P.M. Japeri)

164

165 Membros ausentes CTEG:

166 Usuários: Frederico Coelho (CEDAE), Márcio Peixoto (SIMARJ);

167 Sociedade Civil: Camilla de Lima (OMA-Brasil), Hendrik Mansur (TNC);

168 Governo: Grace Kelly de Oliveira Mendes (P.M. Seropédica);

169

170 Convidados: Decio Tubbs (UFRRJ), Angélica Aguiar (SEMADES JAPERI), Monique Fontes  
171 (Sec. Meio Ambiente de Itaguaí), Nathália Vilela (AGEVAP).